

Gênero e Educação: é preciso falar sobre isso

Ana Maria Colling¹

Resumo

Mulheres estão à frente na política, em cargos públicos, tem direito de acesso em todos os cargos e empregos, mas, apesar do destaque político, as conquistas são lentas e a hierarquização entre os sexos continua. Por este motivo a escola vem sendo convocada a debater a questão de gênero num caráter emergencial e urgente. Além de pautar nos currículos de graduação a questão de gênero, nos cursos de formação continuada de professoras/es esta questão deve estar presente obrigatoriamente. Para além do avanço das leis, necessárias sem dúvida alguma, também é urgente mudanças na cultura instalada. Para isso o espaço da escola enquanto processo educativo é fundamental. Se ela foi eficiente em produzir hierarquias e sujeições entre os sexos, pode colaborar na produção de relações igualitárias e democráticas.

Palavras-chave:

Mulheres e educação; desigualdade, desconstrução; gênero.

Abstract

Women are now occupying different public offices, and have access to different job titles. However, this progress is slow and the hierarchization between gender continues. For this reason, schools are now

¹Doutora em História. Professora Visitante Nacional Sênior (Capes)

junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), Brasil. E-mail: acolling21@yahoo.com.br

required to seriously debate gender questions. In addition to the existence of disciplines that discuss gender question in the curricula of grad and undergrad courses, the courses for teaching formation must also include discussions of these themes. More than progresses in the legal apparatus, which are obviously necessary, is also urgent a cultural change. If the school was once very efficient to produce hierarchization and submission between gender, it can now collaborate in producing a more egalitarian and democratic relation between them.

Key -words:

Women and education; inequality; deconstruction; gender.

Introdução

A desigualdade entre os sexos, as relações de poder entre homens e mulheres, é um fenômeno transnacional, que atravessa todas as fronteiras. As desiguais relações de gênero, a hierarquia entre os sexos que historicamente desqualificou as mulheres, estão presentes em todos os países, mas acirrada nos países latinos como é o caso do Brasil e Argentina. E a educação não poderia ficar alheia a este amplo debate, a esta luta travada em todos países pela igualdade entre os sexos.

Temáticas como relações de gênero, sexualidade, direitos humanos, questões étnico-raciais, entre outras, foram incorporadas no debate educacional porque emergentes e urgentes na sociedade como um todo. A escola em todos seus níveis e a universidade, sentiu-se obrigada a dedicar-se também a estas lutas que apresentam-se nos movimentos sociais como um todo.

Os lugares do saber, a escola em particular, são espaços de demarcação das relações de poder entre os sexos, e podem se transformar também, em espaços de respeito à diversidade e de construção de relações igualitárias. A desigualdade entre os gêneros, ou melhor, a mais dramática herança da desigualdade entre os sexos que paira sobre todos nós, apesar das leis igualitárias, é a violência contra as mulheres e os homossexuais, e deve ser combatida em todos os espaços da sociedade brasileira. Portanto, relacionar educação e gênero, é, acima de tudo, uma disputa pela liberdade.

Quando falamos em história das mulheres, dos homens, dos homossexuais, transexuais, lembramos sempre que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura.

Por este motivo a categoria de análise gênero é tão importante. Falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate nas relações sociais, entendendo que as relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam todo o corpo social, inclusive os lugares de produção de conhecimento como a escola e a universidade. Quando falamos em gênero, é necessário entendê-lo como uma metáfora dos sujeitos excluídos pelo discurso normatizador, ou melhor, heteronormatizador. Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Joan Scott, criadora do conceito, afirma que,

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1997: 15, tradução livre)

Historicamente, existiu um trabalho incessante em contar as mulheres, contar a história das mulheres, numa tentativa de chegar o mais próximo possível de suas vidas no cotidiano. Carole Pateman² assegura que existiu um contrato sexual antes do contrato social. Este contrato definiu que as mulheres seriam confinadas no mundo privado, visto como politicamente irrelevante, e os homens atuariam no público, lugar da liberdade civil, da política e do poder por excelência. A diferença sexual, portanto, se converte em uma diferença política. Por este motivo durante muito tempo as únicas profissões permitidas às mulheres foram o magistério (séries iniciais) e a enfermagem. Falamos das profissões de mulheres da classe média já que escravas e mulheres pobres sempre

Em sua obra editada em 1993, e ainda muito atual, *O contrato Sexual*, Pateman elabora uma crítica à teoria política liberal e reinterpreta numa ótica feminista os textos de autores clássicos, como Rousseau, que teorizaram sobre o contrato social. Segundo ela, o contrato sexual é o elemento fundamental para compreender a formação e a atuação do patriarcado.

trabalharam.

Se as mulheres cuidavam de seus filhos poderiam muito bem cuidar dos filhos dos outros com qualidade; se cuidavam dos velhos doentes, mães, pais, sogros e sogras com “devoção feminina” por que não cuidar de outros? Como o saber é atravessado por relações de poder, o curso de medicina teve ser batalhado arduamente pelas mulheres. Enfermeira, cuidadora, sim, médica não. A denominação de “tias” como ainda são chamadas as professoras em muitas escolas, é uma herança destes tempos, retirando o caráter profissional das professoras.

Os eventos políticos da atualidade demonstram os avanços no combate à desigualdade de gênero no mundo todo. Mulheres estão à frente na política, em cargos públicos, tem direito de acesso em todos os cargos e empregos, mas, apesar do destaque político, as conquistas são lentas e a hierarquização entre os sexos e entre os gêneros continua. Por este motivo a escola vem sendo convocada a debater a questão de gênero num caráter emergencial e urgente. Novas teorias têm sido empregadas para estabelecer um diálogo entre gênero e educação entendendo que a escola é um lugar de demarcação do feminino e do masculino e de estabelecimento das desigualdades de gênero. Se ela foi eficiente em produzir hierarquias e sujeições entre os sexos e os gêneros, pode colaborar na produção de relações igualitárias e democráticas.

Estudos de gênero e educação

A desigualdade entre homens e mulheres é uma marca cultural que aparece em todo o ocidente. Como afirma Michelle Perrot, tão longe quanto nosso olhar alcança, só enxergamos a dominação masculina. Os discursos que nomearam o masculino e o feminino se inculcaram profundamente na cultura ocidental e estabeleceram a preponderância do masculino e a subordinação do feminino. Michel Foucault que tem auxiliado as teóricas de gênero em suas teses, encara o discurso como prática social. Em sua célebre aula *A Ordem do Discurso*, sublinha a ideia de que o discurso é produzido em razão das relações de poder, e este, numa relação imanente entre saber e poder produz realidade, produz verdade:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição,

das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996: 17).

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo, no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e mantêm. As práticas não discursivas são também parte do discurso, à medida que identificam tipos e níveis de discurso, definindo regras que ele de algum modo atualiza. Podemos encarar a arquitetura das escolas, seus portões, o pátio, a distribuição das cadeiras, as atividades do recreio, etc., como práticas não discursivas.

Se as mulheres, e também os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas, como nos ensina Foucault, reconhecer os discursos e as práticas que constituíram e nomearam as mulheres, o lugar social, as tarefas, as atribuições, e também a subjetividade feminina é tarefa primeira para a democratização e a igualização nas relações entre os gêneros. Combater estes discursos é um trabalho árduo que exige a atenção de todas as instituições. Família, escola, mídia, igreja e outras, deveriam reconhecer o trabalho “eficiente” que foi efetivado durante séculos para subordinar e excluir as mulheres e instituir o sujeito masculino heterossexual o único detentor de poder.

Abrir os discursos sobre as relações de gênero, mostrar como e quando foram arquitetados, desconstruí-los, é uma tarefa árdua, difícil e necessária. Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar as questões da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este situa-se no campo relacional, porque só se concebe mulheres se elas forem definidas em relação aos homens. Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres e dos homens não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política.

Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. A ideia de

gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, é secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, num esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. Sociedades, civilizações, parecem termos tão genéricos, mas somos nós que fazemos parte destes lugares e neles contribuimos para a afirmação de estereótipos e relações desiguais.

A escola, lugar que atuamos, se transformou historicamente, em lugar privilegiado de demarcação sexual e de ocultação das diferenças. Pensar, discutir, escrever, falar sobre as relações de gênero e a educação é uma tarefa urgentíssima. Se estamos convencidas de que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: o lar, no qual as crianças recebem as primeiras noções do que é ser homem e o que é ser mulher e o papel que cabe a cada um(a) na sociedade, e a escola, onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas. Estabelecer uma hierarquia em grau de importância destas instituições na solução deste problema é uma tarefa muito difícil, porque as duas estão intimamente ligadas e submersas numa mesma cultura patriarcal, cultura universalizada na ideia de falo significante, privilegiado.

No campo da educação, a problemática de gênero não se reduz mais às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os gêneros, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, historicamente foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ter início a construção da equidade de gênero e de relações sociais mais igualitárias.

Os avanços obtidos pelas mulheres em todos os níveis são inegáveis. É só observarmos as leis que vetam qualquer discriminação, o acesso ao ensino superior, aos empregos, etc., tudo isto tributário ao movimento feminista. Mas isso pode nos levar à falsa impressão de que a questão está resolvida, de que nada mais é preciso fazer, não é mais necessário lutar. Se por um lado as carreiras foram conquistadas uma a uma, os salários menores para mesmas funções continuam, o assédio às mulheres no trabalho permanece, e a cultura da violência concorre com as leis igualitárias e parece ser a vencedora. No campo da luta política ainda são poucas as mulheres que ocupam lugar de poder, o número não tem aumentado em cada eleição e sofrem tentativas de desqualificação do

feminino em seu trabalho.

O consentimento feminino como efeito perverso das representações históricas sobre as mulheres, transforma-se em objeto privilegiado de estudo. Os homens não puderam estabelecer relações de poder entre as mulheres e seus filhos durante tanto tempo sem uma relativa segurança do consentimento delas. De nada adianta, se nós não nos modificarmos, não pensarmos diferente do que pensávamos, porque as representações do feminino, do masculino, de sexualidade, foram profundamente inculcadas nas mulheres, e nas mulheres professoras, ainda hoje responsáveis pelas séries iniciais de crianças.

Pergunta-se então, que professores/as habitam as escolas? Ou melhor, que concepções de gênero possuem estas professoras? Podemos inferir, que por ser a escola lugar de reprodução, mas também de transformação, possuem eles (as) visões libertadoras e igualitárias em relação ao masculino e feminino, aos homossexuais, transexuais? Parece cada vez mais consensual que a escola deve preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis. Como ela realiza esta tarefa se a discussão de um tema que bate a porta de cada um de nós, pedindo urgência, como as relações de gênero, é ainda ignorada?

Parece haver um descompasso entre os problemas do mundo e os problemas da escola, entre os sujeitos que habitam o mundo e os alunos e alunas que frequentam a escola. Pierre Bourdieu auxilia na análise do consentimento feminino construído historicamente sobre as mulheres por séculos e séculos. “É preciso descolonizar o feminino” diz ele, já que as mulheres possuem uma visão colonizada de si mesmas. A mulher internaliza a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina. Por este motivo Pierre Bourdieu lembra que não basta ser do sexo feminino para ter uma visão da história das mulheres porque a visão feminina é uma visão colonizada, dominada que não vê a si própria. Recomenda que um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos. (Cf. BOURDIEU, 1995)

O consentimento feminino é um produto perverso da dominação masculina. Geneviève Fraisse, filósofa feminista francesa, também escreve sobre o tema na sua obra *Del Consentimiento*, onde questiona seu

uso no direito, na medicina e, em especial na questão dos direitos humanos. Fraisse dedica-se, em especial, em analisar as políticas do corpo, como exposição, parto, aborto, violência, etc., destacando a vulnerabilidade dos corpos femininos. O lema do movimento feminista – “meu corpo me pertence”, sempre revisitado, trata de vontade e de liberdade. Por que consentir parece mais fácil e evidente que não consentir? Por que se insiste em consentir? O que se passa quando não se consente? são algumas das interrogações da autora. (Cf. Fraisse, 2012).

Desafios para políticas educacionais

Fernando Savater, respeitado teórico espanhol, considera professores e professoras o grupo mais necessário e civilizador de uma sociedade. Concordo com o educador e, se o pensador tem razão em sua afirmação, devemos alertar, para duas questões fundamentais: que as relações de gênero são desiguais e discriminatórias e que a escola é o lugar de combater pensamentos estereotipados e anti-democráticos, inculcados historicamente na sociedade como um todo.

No caso brasileiro, em se falando de educação e de tentativas de diminuir a desigualdade de gênero, os temas transversais dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) propostos pelo Ministério da Educação, são uma iniciativa que tenta introduzir no ensino fundamental a discussão de temas até então tidos como marginais e menos importantes, entre eles, as relações de sexo e de gênero. Mas o que as/os professoras/es fazem com os temas transversais? Quase nada, porque não dominam estas questões. Em nenhum momento de sua formação tiveram contato com estudos e pesquisas sobre gênero e educação.

Como dizíamos anteriormente, a questão não é mais de acesso ao saber. Prova disso são os dados dos Censos de Educação Superior promovidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao Ministério da Educação no Brasil, que demonstram que a participação das mulheres na educação superior surpreende não apenas pelo número de matrículas de graduação, mas também pela crescente presença no corpo docente, nos níveis mais elevados de titulação, como mestrados e doutorados. Os mesmos dados do Censo demonstram o predomínio masculino entre os docentes das carreiras superiores, e que a presença das mulheres é mais expressiva nas áreas de Linguística, Letras, Artes e Ciências Humanas, nas licenciaturas em especial.

Para romper este círculo vicioso, de silenciamentos, consentimentos, da ignorância histórica da construção dos sexos, das relações hierárquicas de gênero, os cursos de licenciatura deveriam ter em suas grades curriculares, em algum momento, a questão de gênero e das sexualidades. Problematicar as diferenças, ou detectar como as diferenças se transformam em desigualdades é um primeiro passo, ou como as diferenças são naturalizadas e essencializadas, desqualificando alguém, é outra alternativa.

Porque é natural que meninas gostem de bonecas e meninos de bola, por que os meninos não querem ser professores/as de ensino básico e os cursos de Pedagogia são ocupados majoritariamente por mulheres? Cuidar de crianças é uma tarefa natural das mulheres? Será que se paga tão pouco aos professores/as das séries iniciais por ser um grupo essencialmente feminino? São perguntas necessárias. A questão de gênero, além de dever pautar os currículos dos cursos de graduação, deveria estar obrigatoriamente presente nos cursos de formação continuada para professores/as. Para além do avanço das leis, necessárias Para além do avanço das leis, necessárias sem dúvida alguma, também é urgente mudanças na cultura instalada. Para isso o espaço da escola enquanto processo educativo é fundamental

A gravidez na adolescência é um fato constatado e a cada ano mais precoce. A escola não tem nada a falar sobre isso? As informações sobre métodos contraceptivos e do aparelho reprodutor, parecem não ser suficientes para que os jovens e adolescentes tenham clareza sobre a sexualidade, seu corpo, especialmente as meninas e jovens. Porque é o corpo feminino que recebe os impactos de uma gravidez; é sobre a adolescente que recaem os primeiros cuidados e muitas vezes é ela e sua família que criam e mantêm as crianças tidas na adolescência. Como trabalhar com a questão da sexualidade feminina para que a maternidade não seja a única forma de estar no mundo da mulher?

Entendo a escola, como a grande e importante aliada no processo de construção de relações igualitárias, como um espaço de desnaturalização de violências e estereótipos. Na questão da sexualidade, a escola pode contribuir no respeito às diferenças e à diversidade das relações afetivo-sexuais. A heterossexualidade não mais como exemplo da normalidade das relações humanas. Nenhuma forma de sexualidade é natural, elas são produzidas, inventadas, ensinadas em diversos espaços, como a família, a escola, a igreja e outras instâncias.

Apesar das novas relações entre os sexos assumirem importância

na sociedade atual, novos sujeitos se apresentarem a cada dia, em todos os lugares sociais, a escola teima em ratificar um padrão de masculinidade e feminilidade. Os materiais didáticos correspondem a esta expectativa normatizadora. A sexualidade heterossexual é apresentada como a única válida e natural. Quem não se enquadra nesta norma é tido como desviante, anormal, problemático. A categoria analítica de gênero tem propiciado novas e diferentes formas de investigação, além de proporcionar um diálogo com outras variáveis sociais como classe, raça/etnia, geração. Torna possível a análise de outras perspectivas em tradicionais fontes. Exemplo disso são os estudos das masculinidades, possibilitados pelas ferramentas teóricas oferecidas por Michel Foucault.

O estudo das masculinidades e dos movimentos LGBTTTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis) encontrou nos estudos de gênero um campo fértil para seus estudos. Hoje, no Brasil, os eventos em que se discute gênero, recebem uma grande quantidade de trabalhos que analisam as questões de identidade e sexualidade e das orientações sexuais minoritárias e discriminadas. Os estudos envolvendo sexualidade são urgentes em um país como o Brasil.³

Entre os novos temas que discutem gênero e sexualidade, apagamento de fronteiras, destaca-se a *teoria queer*⁴, lançada por Judith Butler. No Brasil, Guacira Lopes Louro lançou em 2011, *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação*, impulsionando investigações no campo da educação. Estes estudos tentam dar conta de sujeitos que não aceitam a rotulação de papéis sexuais enfatizando o desaparecimento da noção de identidade. Estas reflexões presentes nos

³No caso brasileiro, estamos assistindo a primeira presidenta mulher da sua história, ser afastada, especialmente por ser mulher. Bem posicionada politicamente, no que diz respeito às relações de gênero, sempre esbarrou na bancada evangélica, numerosa no Congresso Nacional, barrando todos os avanços propostos.

⁴Queer pode ser traduzido como algo estranho, excêntrico, diferente, mas tem sido utilizado por gays e lésbicas para contar sua história. Segundo Tamsim Spargo, a teoria queer se define contra o normal ou normatizador, questionando a política de identidade. Os estudos queer dão continuidade ao projeto de Foucault de explorarem as diversas identidades sexuais. Uma das principais questões explorada por teóricos queer foi a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, operando no centro conceitual tanto de discursos homofóbicos, quanto anti-homofóbicos. Segundo os teóricos, nos rastros de Foucault, a sexualidade é um produto cultural que não pode ser entendido como uma simples extensão de um processo biológico. Assim como a homossexualidade é uma categoria cultural específica, também a heterossexualidade deve ter a sua história a ser analisada. Cf. SPARGO, 2006.

cursos de pós-graduação em educação, ainda não chegaram nas escolas para contribuir no respeito às múltiplas identidades.

A teoria queer, tem movimentado diversas pesquisas nesta área, enfatizando o desaparecimento da noção de identidade. Para Judith Butler "a diferença sexual (...) não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas". (Butler, 1999, p. 153). A expressão inglesa queer, que pode ser traduzida, inicialmente, por estranho ou esquisito, é, também, a forma pejorativa de se referir a um sujeito não-heterossexual. Repetido como xingamento ao longo dos anos, queer serviu para marcar uma posição marginalizada e execrada. No entanto, alguns ativistas assumiram afirmativamente o termo, buscando marcar uma posição política.

Importante notar, contudo que, mais do que uma nova posição de sujeito ou um lugar social estabelecido, queer indica um movimento, supõe a não-acomodação, admite a ambigüidade e o trânsito. Portanto mais do que uma identidade, sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver. A escola se perturba, se desacomoda com a presença destes novos sujeitos “estranhos” que não se enquadram nas categorias tidas até aqui como normais. Feminilidade e masculinidade ficam em suspensão⁵.

Novas formas de organização da família e do trabalho, novas possibilidades de comunicação entre indivíduos, novas parentalidades, todo um conjunto de condições foi se modificando ao longo do tempo – o que nos levou a construir hoje um olhar muito mais complexo sobre os gêneros e as sexualidades. Se apresentam novas formas de viver. Novas formas de viver o masculino e o feminino, as relações amorosas, as maternidades e paternidades, as relações familiares, estão batendo às portas da escola e “solicitando” sua inscrição no currículo educacional. Mas mais do que isto, estão demonstrando que as sexualidades, a as subjetividades não são naturais nem espontâneas, são constituídas de diferentes práticas que se transformaram em verdades.

Este novo mapa, estas novas reflexões suscitam questões fundamentais para pesquisadores e pesquisadoras das questões de gênero e

⁵Um material educativo para conter a violência e a discriminação contra homossexuais no Brasil (conhecido como kit anti-homofobia) foi proposto pelo Ministério da Educação no Brasil em 2012 para ser entregue em todas escolas do país, teve que ser recolhido às pressas, por pressão de deputados e deputadas moralistas e conservadores. Também a lei que descriminaliza o aborto que não consegue ser aprovada no Congresso, pelo discurso retrógrado e moralista de seus componentes.

educação: como auxiliar para que a escola deixe de considerar a diferença como um problema e entender que ela faz parte deste mundo, das novas relações instituídas? Afinal que práticas e discursos são libertadores, aquelas que não silenciam a diferença? Guacira Louro expressa com competência nossas inquietudes e as inquietudes de nosso tempo:

Tal vez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um "problema" e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. Não eliminamos a diferença, mas, ao contrário, observamos que ela se multiplicou — o que nos indica o quanto ela é contingente, relacional, provisória. A diversidade nos demonstra, mais do que nunca, que a história e as lutas de um grupo cultural são atravessadas e contingenciadas por experiências e lutas conflitantes, protagonizadas por outros grupos. Por isso temos de aprender, nesses tempos pós-modernos, a aceitar que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário, provisório. (LOURO, 2003: s/p).

Considerações finais

Educar para a igualdade sob uma perspectiva de gênero é fundamental, porque o grande problema para a educação tem sido a desconsideração das mulheres como sujeitos históricos e, em consequência, a absoluta falta de interesse pelas suas vidas. Muitos são ainda os caminhos a percorrer para a transformação das práticas e representações associadas ao gênero.

A relação entre gênero e educação engloba também aspectos mais sutis, complexos e graves, como as violências familiares e conjugais. A escola teria um papel fundamental neste campo, mas ainda são tímidas as experiências preventivas da violência familiar e doméstica proporcionadas por ela. Os cursos de formação de professores/as poderiam fazer coro ao

anseio mundial de igualdade nas relações entre homens e mulheres, colocando em sua pauta de preocupações não somente a história da construção do feminino e masculino como também a violência contra a mulher, radical desigualdade entre os sexos, apresentada como caso de saúde pública em todos os países. A escola tem a obrigação de desnaturalizar a violência, e a formação continuada de professores/as seria um espaço fundamental no trato das desigualdades de gênero.

Na esteira do pensamento de Michel Foucault, nossa liberdade depende da saída dos saberes, da proliferação de novos saberes e prazeres, da libertação dos discursos que formulam leis sobre nós mesmos, dessa tentativa interminável e incessante para dar sentido a homens e mulheres. A educação que mulheres e homens recebem e o comportamento que apresentam em sociedade são um fenômeno cultural que pode e deve ser mudado. Demonstrar sua construção é um trabalho pedagógico, portanto. Desconstruir os discursos que estabeleceram historicamente o que é ser homem e o que é ser mulher é uma tarefa urgente e libertadora.

Se nem sempre foi assim, se é uma construção histórica, entremeadada de relações de poder/saber, podemos fazer e pensar diferente do que pensamos. Desconstruir o discurso nada mais é do que abrir o discurso, mostrar a emergência discursiva, mostrar sua historicidade. Se não faz parte da ordem natural das coisas, é possível mudar. Se é uma construção histórica, entremeadada de relações de poder, podemos fazer e pensar diferente do que pensamos.

O filósofo francês Jacques Derrida que desenvolveu o conceito de “desconstrução”, em suas obras, sugere que uma leitura desconstrutivista de um texto subverte o que é aparentemente significativo. Desconstruir não é negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalcado pela universalidade. A desconstrução demonstra que aquilo que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Para Derrida, a diferença dos sexos, não pertence à ordem do visível, do definível, mas do legível, da interpretação. Criou o termo “différance” para marcar bem o movimento do diferir irreduzível a qualquer substantificação em “diferentes”. Segundo ele, dizer o Homem numa aparente assexuação é sempre dizer o homem masculino, sendo o universalismo apenas o disfarce do falocentrismo. O trabalho de representação, realizado não somente sobre as mulheres, mas sobre todos os sujeitos recalcados como negros, índios, velhos, homossexuais, etc. impede-os de ter uma visão sobre si mesmos. Por este motivo a importância

da categoria de gênero como metáfora dos sujeitos excluídos pela história.

Nos desconstruirmos como professoras, mulheres, é um trabalho difícil, penoso e dolorido. Mas talvez esteja aí a possibilidade de pensarmos a escola de outra maneira, nos pensando também de outra maneira. Concluo estas minhas considerações, minhas inquietações, com Jorge Larrosa, que pensa a educação e a diferença e tenta traduzir estes novos tempos:

Ver-se de outro modo, dizer-se de outra maneira, julgar-se diferentemente, atuar sobre si mesmo de outra forma, não é outra forma de dizer “viver” ou “viver-se” de outro modo, “ser outro”? E não é uma luta indefinida e constante para sermos diferentes do que somos o que constitui o infinito trabalho da finitude humana e, nela, da crítica e da liberdade? (LARROSA, 2002: 84).

Educar para a igualdade sob uma perspectiva de gênero é fundamental, porque o grande problema para a educação tem sido a desconsideração das mulheres e dos demais sujeitos subsumidos pelo discurso masculino, branco e heterossexual, como sujeitos históricos e, em consequência, a absoluta falta de interesse pelas suas vidas.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. (1995). Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (1995). *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

COLLING, Ana Maria. (2007). Relações de poder e gênero. In *Las competencias profesionales para La enseñanza-aprendizaje de las Ciencias Sociales ante El reto europeo y La globalización*. Bilbao: Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales.

_____. (2004). A construção histórica do masculino e do feminino. In *Gênero e Cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS.

_____. (2010). Relações de poder e gênero na formação de

professores. In *Formação de Educadores: Da Itinerância das Universidades à Escola Itinerante*. Ijuí, UNIJUÍ.

_____. (2009). Relações de poder e gênero na educação. In *Revista Eletrônica de investigación educativa del Departamento de Didácticas Específicas de La Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid: UAM.

DERRIDA, Jacques. (1988). *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Graal.

FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

FRAISSE, Geneviève. (2012). *Del consentimiento*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

LARROSA, Jorge. (2002). *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro.

LOURO, Guacira Lopes. (2003). *Corpos que escapam*. Labrys. Estudos Feministas (Online), Brasília/Montreal/Paris.

_____. (1995). *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. Ind: Educação Realidade. Porto Alegre: UFRGS.

_____. (2004). *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.

PATEMANN, Carole. (1993). *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PERROT, Michelle. (2005). *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC.

SCOTT, Joan. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS.

_____. (1998). *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel.

SAVATER, Fernando. (2005). *O valor de educar*. São Paulo: Planeta.

SPARGO, Tamsim. (2006). *Foucault e a teoria queer*. Rio de Janeiro: Pazulim.